

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A transição do Partidão: notas preliminares.

Eurelino Coelho¹

RESUMO

Apresentamos resultados iniciais de um estudo sobre o modo como o processo de transição política no Brasil (1979-1988) foi concebido por um segmento de intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), com ênfase para textos de Luís Werneck Vianna. O enfoque recai com prioridade sobre as discussões travadas acerca do primado da “questão democrática” sobre a “questão nacional”, do papel e das formas de atuação da classe operária e da proposição de novas orientações teóricas e políticas para os comunistas. Vistos contra o pano de fundo da emergência das lutas sociais dos anos 80, os posicionamentos defendidos por Vianna sobre aquelas questões revelam elementos significativos para a análise das formas de relação de diferentes grupos de comunistas com aquele período da luta de classes no Brasil.

Palavras chave: PCB; transição política; intelectuais

ABSTRACT

We present here some initial results of a study on the way the political transition in Brazil (1979-1998) were conceived by a group of intellectuals linked to the Brazilian Communist Party (PCB), emphasizing texts made by Luiz Werneck Vianna. We focus questions about the precedence of “democratic question” against “national question”, about the rule and ways of action of working class and about the new trends proposed then to the communists. Seen under the angle of emergency of social struggles at the 80’s the positions supported by Vianna reveal important elements to the study of relationships between different communist groups and that period of class struggle in Brazil.

Key words: PCB; political transition; intellectuals.

A crise econômica (crise do “milagre”) e o relativo sucesso eleitoral da oposição nas eleições parlamentares de 1974 são tomadas, costumeiramente, como marcos do início da prolongada crise do regime político autoritário instalado no Brasil a partir do golpe civil-militar de abril de 1964. A crise da ditadura significava, na prática, uma encruzilhada histórica para os grupos sociais dominantes, que percebiam o risco contido na ameaça de perda de eficácia dos mecanismos de dominação política garantidos pelo regime militar. A ditadura foi a forma de dominação política preferencial das frações hegemônicas da classe dominante brasileira enquanto duas condições principais eram satisfeitas. Primeiro, o protesto, as formas de organização e luta dos subalternos, sobretudo dos trabalhadores assalariados, eram

¹ Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutor em História Social.

sufocados *manu militari*, o que permitiu intensificar a exploração do trabalho e assim expandir a taxa de mais-valia. O resultado desta contenção da luta operária foi a extração de quantidades extraordinárias de mais-valia que, num contexto em que o gasto público criava favorecimentos adicionais para o grande capital, produziram os enormes lucros do período conhecido como o “*milagre econômico*” (SINGER, 1989).

A segunda condição dependia da primeira. A coesão política dos grupos dominantes e de setores hegemonzados por eles em torno da ditadura baseava-se na partilha, mesmo desigual, dos frutos materiais do “milagre econômico”. Setores empresariais beneficiados pelo enquadramento do movimento sindical, pelos investimentos do governo em infra-estrutura e pela expansão do crédito, latifundiários beneficiados pelo sufocamento das lutas no campo e por diversos mecanismos de proteção econômica, grupos financeiros e setores médios urbanos favorecidos pelo relativo aumento de rendimentos e pela expansão das possibilidades de consumo (sobretudo de bens duráveis) compuseram o arco de sustentação política da ditadura.

Por isso, quando o “milagre” parou de funcionar e quando personagens que deveriam ser mantidos à margem (os subalternos) começaram a “entrar em cena”, os laços que uniam os grupos sociais dominantes em torno do regime militar começaram a afrouxar rapidamente. E foi isso o que começou a acontecer na segunda metade dos anos 70.

A imprensa das capitais do sudeste começou a dar expressão ao persistente descontentamento de certos setores empresariais com os rumos da política econômica, manifestos através de propostas como “desestatização” ou mesmo a reivindicação de “retorno aos quartéis” dos gestores militares. Havia, em todos aqueles grupos, setores para os quais a ditadura era um fim em si mesmo. Estes eram, porém, minoritários. Para todos os demais, a crise representava a emergência de um problema histórico que se tornava, com o correr do tempo, cada vez mais evidente e urgente: a necessidade de encaminhar a recomposição da dominação política burguesa em bases novas, ou seja, como construir a transição e assegurar que ela transcorresse “pelo alto”, excluindo qualquer iniciativa autônoma dos subalternos.

Se os grupos dominantes encontravam-se numa encruzilhada histórica, os subalternos viam abrirem-se espaços intersticiais cada vez mais amplos para as suas lutas. Recrudesceram as experiências de luta e apareceram formas organizativas novas, ao lado de antigas que foram retomadas. A contestação da ditadura era um ponto de articulação entre todos os movimentos realizados pelos grupos subalternos, mas havia muitas maneiras diferentes de ser contra a ditadura. Ao contrário dos grupos dominantes, que atuavam a partir da plataforma comum de uma “transição pelo alto”, a direção das lutas dos grupos subalternos

era um problema em aberto. As forças que tinham dirigido os movimentos sociais no período anterior ao golpe exibiam as seqüelas dos ataques perpetrados pela ditadura: estavam desorganizadas ou, aquelas que ainda podiam contar com uma estrutura de alcance nacional, encontravam-se debilitadas pelo esgarçamento dos seus vínculos orgânicos com as bases. Este era o caso por excelência do Partido Comunista Brasileiro. As novas experiências de protesto e organização, por seu turno, operavam quase sempre de maneira fragmentada, nas esferas locais, já que a articulação nacional das lutas era impedida. Do ponto de vista dos subalternos, a crise da ditadura significou tanto a possibilidade de atuar organizadamente em defesa de interesses concretos como a descoberta da inexistência, no primeiro momento, de um projeto em condições de hegemonizar a luta contra-hegemônica. Para o PCB, esta era a principal questão a enfrentar.

Quando a crise da ditadura abriu uma nova dinâmica política no país, o PCB encontrava-se com a direção no exílio. A linha geral de “frente ampla” de oposições havia sido formulada ainda nos anos 60 e não fora retirada, mas ela não poderia dar conta das conjunturas sem mediações. Lideranças e intelectuais do partido, com destaque para o grupo do Rio de Janeiro, encontraram aí o espaço para consolidarem uma prática política que, organizada em torno do Coletivo Nacional dos Comunistas, explicitaria em 1977 seu projeto de uma “estratégia democrática de luta contra o regime e pelo socialismo” (Vianna, 1982). Luiz Werneck Vianna é então um jovem intelectual que põe a sua prosa elegante e precisa em entusiasmada defesa da nova orientação.

De acordo com outro intelectual comunista “renovador”, a afirmação da democracia como um valor histórico universal, feita pelo dirigente comunista italiano Enrico Berlinguer em 1977, teria provocado em muitos intelectuais de esquerda a percepção da necessidade de abandonar os princípios políticos da III Internacional (Coutinho, 1998). A tese não faz justiça aos experimentos teóricos e programáticos já então em curso no interior do PCB. Raimundo Santos (1994), outro dos intelectuais pecebistas, formulou a noção de “pecebismo inconcluso” para designar exatamente a elaboração brasileira de uma via democrática para o socialismo, experiência que se iniciou no PCB e que foi abortada pela crise do partido. Análises de conjuntura produzidas em 1976 e 1977 por Vianna já operavam com o conceito de hegemonia numa acepção que deixava pouco espaço para a estratégia insurrecional de luta. Orientar resolutamente a ação dos comunistas para “fazer política”, nos termos posteriormente empregados por Vianna, significava na prática a eleição do objetivo de democratizar o Estado em substituição às culturas golpistas sempre presentes no partido (especialmente nos setores mais ligados à influência de Luís Carlos Prestes).

Escrevendo em 1982, Vianna discute as perspectivas para a intervenção dos comunistas na conjuntura. Seu argumento é o de que a chance de levar até o fim o programa da frente ampla de oposições, isto é, o fim do regime militar, é a exploração da fissura aberta, desde a metade da década anterior, entre os blocos “nacional-estatista” e “liberal-imperialista” da burguesia. Aqui ganha destaque a sua tese de que, na política dos comunistas, a questão nacional deve ceder a primazia à questão democrática.

Os meios para alcançar o objetivo de consolidar um pólo de oposição ao regime constituído, na medida do possível, por todas as classes sociais são concebidos em dois momentos distintos. Num primeiro momento (textos da década de 70), a aliança com o setor liberal-imperialista é a única que possibilitaria o programa de democracia política, visto que o setor nacional-estatista está comprometido com o regime militar e sua ideologia de Brasil-potência. Isto não só pelas proclamações liberalizantes (mais no campo da economia que no da política) da burguesia liberal, mas porque, em defesa dos seus interesses de classe, estes grupos encontram-se em rota de colisão com a orientação geral da política econômica e da política internacional do governo Geisel.

Num segundo momento (após 1978), a entrada em cena da mobilização das classes subalternas complexifica o quadro. A elevação das reivindicações das massas trabalhadoras exigiria, como resposta, um reequacionamento da questão nacional, único meio de disponibilizar a renda necessária ao atendimento das reivindicações. Qualquer exigência de realinhamento da questão nacional, no entanto, significaria romper a aliança com a burguesia liberal e fazer naufragar a unidade pluriclassista das oposições.

Para Vianna, o objetivo de derrotar o regime exigia o sacrifício da questão nacional e da política de confronto que ela implicava. O que os comunistas ganhariam era a democracia política e, com ela, a chance de resolver o seu mais importante desafio: levar seu programa e sua influência para o interior das fábricas. O protagonismo das massas trabalhadoras em movimento ascendente de organização era claramente percebido por ele, mas isso não alterava o horizonte geral da tática.

A definição da estratégia democrática para a luta pelo socialismo no Brasil, projeto que o próprio Vianna denominou a “ocidentalização do PCB”, combinava-se com a centralidade da luta pela democracia política e determinava os próprios métodos dessa luta. Outros intelectuais pecebistas entenderiam tratar-se de uma política de “guerra de posições” assumida pelo partido mesmo antes de a direção ser conquistada para a nova orientação (NOGUEIRA, 1993).

Referências bibliográficas:

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci no Brasil: recepção e usos. In: MORAES, João Quartim de (org.) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Edunicamp, 1998, vol 3.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, a Questão Democrática e a Esquerda no Brasil. In: Coutinho, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.). *Gramsci e a América Latina*. 2ª. ed., São Paulo, Paz e Terra, 1993.

SANTOS, Raimundo. *O Pecebismo Inconcluso*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Universidade Rural-Sociedade do Livro, 1994.

SINGER, Paul. *A Crise do Milagre*. 8ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989

VIANNA, Luiz Werneck. *A Classe Operária e a Abertura*. São Paulo, Cerifa, 1983.

VIANNA, Luiz Werneck. *A Transição. Da constituinte à sucessão presidencial*. Rio de Janeiro, Revan, 1989.